

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAHU

LEI Nº 3.039,
de 12 de dezembro de 1995.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

WALDEMAR BAUAB,
Prefeito Municipal de Jahu.

Faço saber que a Câmara Municipal aprova
e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Cabe à Secretaria de Administração à realização de concurso público para provimento dos empregos do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Jahu.

Art. 2º - A Secretaria de Administração elaborará, para cada concurso, Edital que deverá estabelecer os seguintes requisitos geral da inscrição:

- I - ser brasileiro nato, naturalizado ou gozar das prerrogativas do Decreto Federal nº 70.436, de 18.4.72;
- II - quando do sexo masculino, haver cumprido as obrigações com o Serviço Militar;
- III - estar quite com a Justiça Eleitoral;
- IV - possuir idade mínima de 18 anos, até a data de encerramento das inscrições;
- V - não possuir antecedentes criminais.

§ 1º - A inscrição nos concursos será feita pelo próprio candidato, ou por seu representante legal, mediante procuração lavrada em cartório.

§ 2º - Os pedidos de inscrição serão recebidos pela Secretaria de Administração, cabendo ao Secretário de decidir sobre sua aprovação.

§ 3º - A relação dos candidatos inscritos, com a indicação dos respectivos números de inscrição que lhes forem atribuídos, bem como a relação dos que tiverem suas inscrições indeferidas, serão divulgadas pela Secretaria competente.

(segue)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAHU

Fls. 02

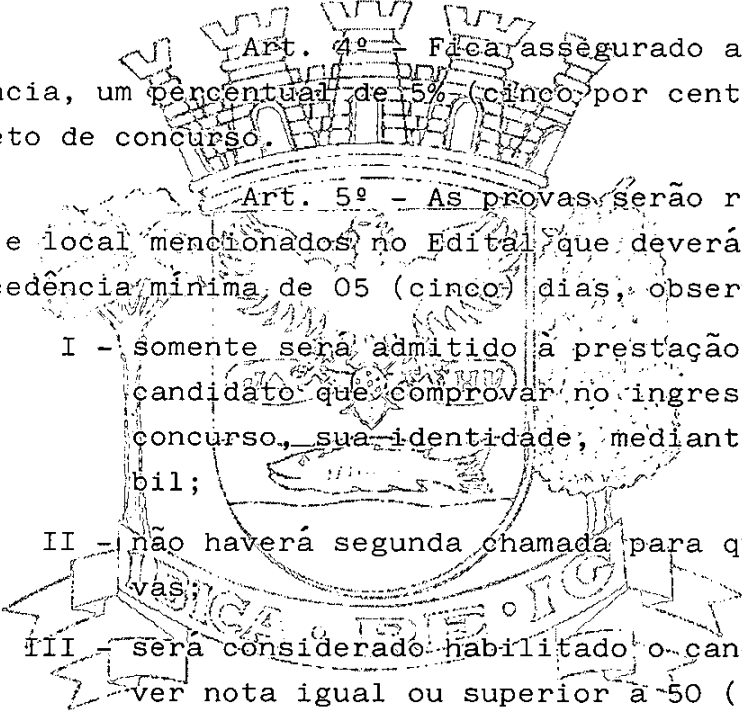
§ 4º - Caberá recurso do indeferimento, no prazo de 3 (três) dias, a contar da data da sua divulgação, o requerimento deverá ser dirigido ao Prefeito Municipal, que o julgará impreterivelmente, no prazo de cinco (5) dias.

Art. 3º - Os requisitos especiais exigidos referente à documentação, nível de escolaridade, experiência de trabalho, capacidade física, Registro nos Conselhos de Classe, etc., serão exigidos no ato da contratação.

Parágrafo Único - A não apresentação dos documentos, implicará na impossibilidade do aproveitamento do candidato em decorrência de sua habilidade no concurso.

Art. 4º - Fica assegurado aos portadores de deficiência, um percentual de 5% (cinco por cento) sobre os empregos objeto de concurso.

Art. 5º - As provas serão realizadas em dia, hora e local mencionados no Edital que deverá ser divulgado com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias, observando-se:

- 
- I - somente será admitido à prestação das provas, o candidato que comprovar no ingresso à sala do concurso, sua identidade, mediante documento hábil;
 - II - não haverá segunda chamada para qualquer das provas;
 - III - será considerado habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na prova;
 - IV - será excluído do certame, o candidato que durante a realização da prova for surpreendido:
 - a) comunicando-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao concurso, bem como consultando livros ou apontamentos e impressos;
 - b) ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais, na companhia do fiscal.

§ 1º - As salas de prova serão fiscalizadas por elementos designados pela Comissão Examinadora, vedado o ingresso a elas de pessoas estranhas.

(segue)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAHU

Fls. 03

§ 2º - Os programas referentes à matérias sobre as quais versarão as provas, serão divulgadas juntamente com o Edital de Abertura de inscrição.

Art. 6º - Nos concursos poderão ser considerados como títulos:

- I - frequência e conclusão de cursos, segundo a natureza e as exigências do emprego em concurso;
- II - experiência de trabalho;
- III - trabalhos publicados;
- IV - outras atividades reveladoras da capacidade do candidato;
- V - certidão de tempo de Serviço Público das esferas (Federal, Estadual e Municipal), expedida por órgão oficial competente, estipulando-se:
 - a) a cada ano completo será atribuída o valor de 0,5 (meio) ponto, até o máximo de 5 (cinco) pontos, que serão acrescidos à soma da nota da prova;
 - b) o tempo de serviço acima mencionado será considerado até 05.10.88 (Constituição Federal ADCT - § 1º Art. 19).

Parágrafo Único - Os títulos só serão considerados para os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na prova.

Art. 7º - Para determinação da nota final serão considerados os seguintes critérios:

- I - concluída a avaliação da(s) prova(s) e dos títulos, serão divulgadas a(s) nota(s) e a média final de cada candidato;
- II - no prazo de cinco (5) dias, a contar da publicação referida no inciso anterior, o candidato poderá requerer à Comissão Examinadora, revisão da nota atribuída às provas e dos pontos atribuídos aos títulos;

(segue)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAHU

Fls. 04

III - solicitada a revisão, esta deverá ser precedida no prazo máximo de 05 (cinco) dias;

IV - após as eventuais alterações será publicado o resultado final do concurso;

V - quando, na realização do concurso, ocorrer irregularidade insanável ou preterição de formalidade substancial que possa afetar o seu resultado, qualquer candidato poderá recorrer ao Prefeito Municipal, e este, mediante decisão fundamentada e proferida em 10 (dez) dias, anulará o concurso, parcial ou totalmente, promovendo a apuração de responsabilidade dos culpados.

Parágrafo Único. - O recurso previsto no inciso V, deste Artigo, poderá ser interposto até 05 (cinco) dias após a publicação do resultado final do concurso.

Art. 8º - O critério de classificação dos candidatos obedecerá:

I - A Secretaria de Administração, obedecerá rigorosamente a ordem de classificação final dos candidatos habilitados;

II - havendo a participação e aprovação de candidatos portadores de deficiência, cabe a Secretaria de Administração elaborar duas (02) listas de classificação final:

a) uma lista geral para todos os candidatos;

b) uma lista especial aos portadores de deficiência.

Parágrafo Único - Em caso de empate na classificação, terão preferência, sucessivamente, os candidatos:

I - que obtiver a maior nota na prova escrita;

II - com mais idade.

Art. 9º - O prazo de validade do concurso será de até 02 (dois) anos, prorrogável uma vez, por igual período, de conformidade com o Artigo 37, inciso III, da Constituição Federal, atendendo interesse da Administração.

Art. 10 - Haverá uma Comissão Examinadora

(segue)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAHU

Fls. 05

que participará da preparação, aplicação e julgamento das provas e será composta sempre em número impar, nomeada por Portaria do Prefeito Municipal e será formada pelos seguintes membros:

- I - 1 membro da Secretaria de Administração;
- II - 1 membro da Secretaria interessada;
- III - 1 membro do Sindicato dos Funcionários da Prefeitura, Autarquias e Empresas Municipais de Jahu;
- IV - 1 membro da Câmara Municipal;
- V - 1 membro da Associação ou órgão de classe a que pertencer o concursado, quando se tratar de preenchimento de emprego que exige profissional legalmente habilitado;

Art. 11 - O prazo para a realização das inscrições será divulgada no Edital de Abertura de inscrição;

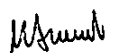
Art. 12 - Compete ao Prefeito Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação do resultado final, a homologação do concurso, a vista do relatório apresentado pela Comissão Examinadora.

Art. 13 - O número de vagas deverá ser mencionado no Edital de concurso, salientando-se, que o mesmo poderá ser ampliado a critério da Administração, durante o período de validade do concurso.

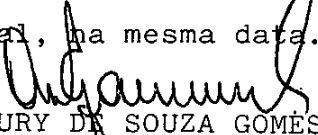
Art. 14 - Fica revogada a Lei nº 2.629, de 06 de dezembro de 1989.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jahu,
em 12 de dezembro de 1995.
142º ano da fundação da Cidade.


WALDEMAR BAUAB,
Prefeito Municipal de Jahu.

Registrada na Secretaria
Geral, na mesma data.


AMAURY DE SOUZA GOMES,
Secretário Geral.